

*Hackativismo Dentro e Fora do Ciberespaço*¹

Marina COSTA²

Luiz Carlos PINTO³

Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, PE

RESUMO

Apesar de ainda ser identificado como invasor da privacidade alheia no ambiente online – sobretudo nas descrições da mídia hegemônica –, o *ethos hacker* não pode ser resumido à capacidade de quebrar códigos e algoritmos do ciberespaço. Mesmo com os estigmas negativos, o hacker também carrega consigo a capacidade de traduzir linguagens e transformar narrativas. Esse artigo procura tratar embrionariamente das aproximações entre a disposição hacker e o jornalismo na contemporaneidade. O princípio que guia essa relação é a ideia de publicização das informações de interesse público, intrínseca à ética *hacker*. Essa premissa coincide, ao menos em parte, com um dos objetivos primordiais do jornalismo e tem sido amplamente praticada por coletivos midiáticos independentes, que intercedem sobre a realidade do jornalismo tradicional e oferecem propostas alternativas de informação aos leitores.

PALAVRAS-CHAVE: hacker; ativismo; mídia; cibercultura; comunicação.

TEXTO DO TRABALHO

Encarado pela maior parcela da sociedade como a figura que permanece sentada por horas a fio em frente a um computador para decodificar dados do ciberespaço, quebrar sistemas de segurança e invadir espaços privados de qualquer cidadão, o *hacker* também pode ser compreendido a partir de outros balizadores. Não há como evitar o estereótipo de invasor de privacidade, entretanto, “os que se comportam assim são chamados ‘*crackers*’, e em geral são rejeitados pela cultura *hacker*” (CASTELLS, 2003). Há, portanto, uma vasta subdivisão desconhecida pela massa social, referente à cultura de compartilhamento de informações, e que deve ser igualmente explorada.

¹ Trabalho apresentado no IJ 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

² Estudante de graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UNICAP-PE, email: marinameirelescosta@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UNICAP-PE, email: lula.pinto@gmail.com

A importância dessa interpretação segue a trilha do papel desempenhado pelos *hackers* na construção da internet (CASTELLS, 2003) e da própria cultura digital – sobre a qual se assenta, aliás, alguns dos paradigmas contemporâneos da comunicação social. O objeto específico com o qual o *hacker* lida é basicamente formado por linguagens. Mas seria muito redutora uma interpretação que procurasse dar conta de seu *ethos* baseado exclusivamente nesse ponto de vista.

Para entender a comunidade *hacker*, é interessante, primeiro, entender seus valores através de uma análise do início do uso da internet. Em 1969, a companhia americana de telecomunicações AT&T foi responsável pela criação do sistema operacional UNIX, baseado em outro sistema denominado MULTICS. Após sua criação, um dos funcionários do laboratório da empresa, desenvolveu, por conta própria, uma linguagem denominada C para uso no UNIX. Dessa forma, o novo sistema passou a ser “um ambiente compartilhado que permitia a pesquisadores avançados comunicarem-se no desenvolvimento de programas para redes de servidores” (CASTELLS, 2003).

Entretanto, brigas por direitos autorais após o desmembramento da AT&T, nos anos 1980, levaram o software ficou mais difícil de ser utilizado livremente e, para se desprender das licenças de propriedade do *software*, o programador do Laboratório de Inteligência Artificial do MIT, Richard Stallman, criou um novo sistema inspirado no UNIX, mas sem necessidade de submissão a direitos autorais. Em 1983, então, surgiu o GNU (uma sigla para “Gnu is Not UNIX”), uma espécie de proclamação do princípio da livre comunicação. Segundo o manifesto GNU, publicado em março de 1985, o software foi desenvolvido para que seus usuários tivessem liberdade no computador, sem estar relacionada a questões financeiras. Uma vez de posse do GNU, o usuário teria quatro liberdades essenciais: executar o programa da forma desejada, de copiá-lo para amigos, de modificá-lo da forma desejada – devido ao total acesso ao código-fonte – e de distribuir versões melhoradas do software, ajudando, dessa forma, a melhorar a comunidade.

Durante o trabalho de Stallman para criar um programa livre de direitos autorais, surgiu a Free Software Foundation (FSF), uma entidade para garantir o uso livre de softwares como um direito fundamental. Dessa forma, Stallman se tornou um ícone da cultura *hacker* por conceber um sistema como uma forma de resgatar a cooperação na comunidade de computação no início da internet. Segundo Manuel Castells, essa liberdade é um componente essencial das práticas e da visão de mundo de um hacker, mas não é o bastante. É preciso, portanto, ter vontade de criar e de cooperar com sua comunidade.

Começa-se a ser um hacker a partir do ímpeto individual de criar, independentemente do cenário institucional dessa criação. É por isso que há hackers na academia, em escolas secundárias, em grandes empresas e nas margens da sociedade. Eles não dependem de instituições para sua existência intelectual, mas dependem, efetivamente, de sua comunidade autodefinida, construída em torno da rede de computadores. (CASTELLS, 2003, p. 43).

O *hacker*, portanto, é portador de uma disposição sobre o mundo que o cerca. Uma disposição de intervenção e de transformação da realidade calcada no livre fluxo de informação – que, em termos genéricos é identificada como a condição básica para que a vida das pessoas seja melhor. Na base desse raciocínio estão a cibernética e a teoria da informação como instrumentos de controle e governo do mundo social e físico.

Mas, mais do que uma intenção de controle a partir da informação, a disposição que anima o *ethos hacker* está diretamente ligado ao entusiasmo, ao prazer, à satisfação na solução de problemas e ao compartilhamento altruísta do conhecimento gerado: “para *hackers* como Torvald (um dos principais pioneiros dos programas de computador livres), o fato organizador de base não é nem o dinheiro, nem o trabalho, mas a paixão e o desejo de criar com outros alguma coisa de socialmente importante”, (HIMANEN, 2001, p. 21). Essa entrega ao trabalho de descobertas e soluções é necessariamente realizada de forma coletiva, como sinaliza André Gorz.

A atividade do hacker repousa numa ética de cooperação voluntária, na qual cada um se compara aos outros pela qualidade e pelo valor de uso da sua contribuição para seu grupo, coordenando-se livremente com eles. Nada se produz com a finalidade de trocas comerciais. O valor de troca nunca é levado em conta; considera-se apenas o valor de uso que, na essência, não é mensurável. Não há nem o “dar para receber”, nem o “nenhuma necessidade de reciprocidade: você dá aquilo de que gosta, e recebe (do grupo) aquilo de que necessita”. (GORZ, 2001, p. 67).

Através de uma análise mais detalhada, além do arquétipo de conhecedor da linguagem de programação e de invasor da privacidade alheia, é possível entendê-lo como um sujeito capaz, também, de *hackear* narrativas, traduzir linguagens e disseminar elementos culturais. A vontade de transmitir elementos da contracultura, herdada de

movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970 e somada à internet, resulta numa figura que atualmente, milita pela democratização da informação usando uma plataforma imaterial – a internet e os dados transmitidos via cabos extensos e redes sem fio.

Até antes do surgimento do ciberespaço, o processo de divulgação de contracultura e de informações que não circulavam na esfera da comunicação tradicional era feito, sobretudo, através da radiodifusão e de periódicos alternativos. Entretanto, a partir de 1984, com o fortalecimento do ambiente virtual, nasce a possibilidade de praticar o ativismo social através da internet. Tem-se, então, a guerra de informação e de narrativas, entre aqueles que possuem centrais de comunicação mediadas por computador (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 21).

Malini e Antoun identificam que o ano de 1984 inaugura o vazamento de informações como uma nova maneira de disseminar informações privilegiadas a respeito da “situação social de regimes políticos fechados, a crítica a poderes econômicos e militares num contexto de bipolaridade mundial, ou mesmo ser a base de sustentação da articulação política de movimentos feministas, ambientalistas e estudantis” (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 20). Sendo assim, *hackear* também pode ser uma prática capaz de disseminar informações de interesse público. Diante disso, os hackers também são indivíduos capazes de praticar o *midialivrisimo*, que, nesse momento, se divide entre os segmentos massivo e *ciberativista*. Apesar de aflorarem em diferentes décadas, os dois tipos de praticantes do *midialivrisimo* são enraizados nos mesmos ideais de liberação da própria voz.

De acordo com os autores, o *midialivrisimo* – ou ativismo midiático - de massa Surgiu em meio a regimes opressivos nas décadas de 1960 e 1970 e munia-se de armas como as rádios comunitárias e a imprensa alternativa para espalhar informações que não circulariam para todos. Com o advento da internet, a militância também se espalhou pelo mundo dos bits e ocupou um território capaz de potencializar tudo o que havia sido feito até então e incorporou princípios da ética *hacker* – tem-se, então, um ativismo que conquistou o território virtual e lança mão de ferramentas digitais para lutar pelos ideais de um mundo sem intermédios de cultura, política e de informação de uma forma geral.

O professor da Universidade de Buenos Aires, Alejandro Piscitelli, afirma que “a Internet foi o primeiro meio massivo da história que permitiu uma horizontalização das comunicações, uma simetria quase perfeita entre produção e recepção, alterando de forma indelével a ecologia dos meios” (PISCITELLI, 2002, p. 207, apud TRIVINHO E REIS, 2010, p. 83).

É justamente por prezar a horizontalização das comunicações que os *hackers* de códigos e os *midialivristas* do ciberespaço desejam derrubar os muros que impedem a disseminação de informações. Partindo desse raciocínio, *hackear* não consiste, somente, em quebrar sistemas de segurança para ter acesso a dados confidenciais e inacessíveis a boa parte da população. A dimensão do *hackativismo* torna-se maior do que isso quando engloba, também, o *midialivrismo ciberativista* e quando mira na “produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos” (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 22).

Hackeando a Realidade

Devido aos ideais de pluralização de informações, pode-se entender que o *midialivrista* do ciberespaço defende a “necessidade de adotar uma atitude *hacker* diante de todas as formas de conhecimento: não somente aprender UNIX ou Windows para *hackear* esse ou aquele sistema, mas também para aprender economia, sociologia, física, biologia, para *hackear* a própria realidade” (DELANDA, 1991), ou seja, através da mentalidade do “faça você mesmo”, abrir uma janela de possibilidades para criar novos meios de obtenção e divulgação de informações, culturas e conhecimento.

Voltamos aqui à necessária incorporação da noção de disposição, de uma vontade movida por uma série de relações, afinidades teórico-ideológicas e expertises. O comunitarismo é o principal vetor que caracteriza as relações que “produzem” *hackers*. Em termos de afinidades teóricas-ideológicas, é marcante a influência da cibernética e do anarquismo. Em termos de conhecimento, essa disposição é baseada em um largo domínio de programação computacional em diversas linguagens.

Em alguns casos, as figuras do *hacker* de códigos e do *hacker* de narrativas são distintas. Em outros, há a fusão desses dois sujeitos num só. Dessa forma, a união dos conhecimentos em programação e da produção de narrativas não-comerciais, ausentes do circuito midiático, dá origem a um indivíduo – ou uma multidão semelhante a ele - com força e poder suficientes para redimensionar o valor de uma notícia veiculada pela mídia convencional e entrar na agenda dos veículos de comunicação.

É o caso do grupo Anonymous, coletivo internacional de *hackativistas* fundado em 2003. Cinco anos depois da criação da comunidade, as ações realizadas tornaram-se ainda mais próximas do ativismo digital e vêm ganhando a atenção de grandes conglomerados

mediáticos do Brasil e do mundo. Conhecendo os códigos binários que sustentam a estrutura da internet, os membros da associação normalmente utilizam da máscara do soldado Guy Fawkes, do filme *V de Vingança* (2005) para manter o anonimato durante aparições públicas em vídeos publicados na web.

A dimensão dos *ciberataques* do grupo tomou proporções tão grandes a ponto de os vídeos servirem de pauta para empresas de comunicação. A mais recente discussão sobre o posicionamento do grupo teve início em novembro de 2015, com ataques terroristas do Estado Islâmico à França. Os atentados provocaram não somente o terror entre turistas e nativos de Paris, mas também o posicionamento do Anonymous em relação aos terroristas. Um dia depois da ação dos extremistas religiosos, o grupo de *hackers* publicou um vídeo para demonstrar solidariedade às famílias das vítimas e para declarar guerra ao EI. Segundo o *hacker* que aparece no vídeo, o grupo faria ataques cibernéticos massivos, semelhantes aos já feitos em janeiro de 2015, após os ataques à revista francesa *Charlie Hebdo*.

Logo depois da publicação do conteúdo, o coletivo Anonymous ganhou a atenção de portais de notícias como BBC Brasil, G1, Olhar Digital e InfoMoney. Além de noticiar a derrubada de mais de 5,5 mil contas no Twitter, os veículos de comunicação também publicaram matérias sobre o tipo de estratégia que seria utilizada pelo grupo para vencer os terroristas. Outro caso semelhante é o do Wikileaks, que trouxe a público o funcionamento interno de governos e a falta de transparência de alguns representantes políticos.

Mesmo que de forma indireta, coletivos como Wikileaks e Anonymous unem o *hackativismo* de códigos ao de narrativas como uma forma de demonstrar independência política e religiosa para buscar a liberdade de expressão - uma postura típica de indivíduos que “captam a dimensão *hype* de uma notícia para lhe dar um outro valor, um outro significado, uma outra percepção, que funciona como ruído do sentido originário da mensagem atribuída pelos meios de comunicação de massa” (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 23).

Mídia Hackativista

Na sua origem, o jornalismo compartilha com a disposição *hacker* do objetivo de liberar a informação e de disseminá-la às camadas da população que não têm acesso direto aos acontecimentos de outros setores da sociedade. Discutir o que é de interesse público em público. É interessante lembrar que o veio antagonista alimentava, no alvorecer da

Modernidade, as primeiras experiências de publicização da 'coisa pública' e que viriam a ser os primeiros germes do que mais tarde se consolidaria como o campo do jornalismo.

Não é à toa, portanto, que hoje seja possível identificar as aproximações históricas, teóricas e práticas entre essa disposição inicial do jornalismo – ainda presente, felizmente, em várias das iniciativas de jornalismo independente dentro e fora do Brasil –, e as iniciativas de inspiração *hacker*. O coletivo Mídia Ninja, no Brasil, e o WikiLeaks são alguns dos exemplos mais patentes e potentes dessa aproximação, na qual jornalistas e *hackers* trabalham conjuntamente para veicular informações de interesse público, fiscalizar o poder instituído e intervir nas narrativas cristalizadas sobre acontecimentos, pessoas e instituições.

Entretanto, na prática, as amarras à publicidade e ao financiamento governamental muitas vezes impedem o curso natural dos veículos de comunicação de denunciar e de lutar, assim como os *hacktivistas* do Anonymous, a favor de práticas que beneficiem a maioria.

Apesar de uma das principais funções do jornalismo ser ocasionalmente esquecida pelo mercado de comunicação, a internet trouxe à população a possibilidade de criar as próprias narrativas, sem interferência da imprensa, para informar outras pessoas. Tem-se início, a partir dessa prática, a cobertura colaborativa, ou até mesmo o jornativismo, ideia que consiste não em “voltar as costas para os *mainstream media*, mas construir outros pontos de vista a partir de seu próprio enquadramento” (PRUDENCIO, 2008, p. 72).

O ato de *hackear* o jornalismo tradicional, portanto, não significa destruir as linhas editoriais dos veículos de comunicação que há anos estão consolidados no mercado. Significa, por um lado, a criação de novas formas de pensar o jornalismo e de buscar dar voz a novas pautas e repórteres. “Hoje a capacidade de narrar a história pertence a todos, mesmo que ainda seja um desafio universalizar os serviços de acesso à rede” (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 248).

Por outro lado, pode significar o tratamento jornalístico de informações sigilosas vazadas por meio de ambientes seguros e realizadas graças a práticas de invasão de sistemas seguros. Esse, o caso dos vazamentos orquestrados pelo WikiLeaks e que foram objeto de reportagens dos maiores jornais da Europa.

O nível de organização e articulação demonstrado por esse caso, entretanto, não impede nem inibe a atuação pulverizada de usuários das redes e da população em geral. Abre-se a janela para um mundo distante da mídia comercial, no qual surge o conceito de cidadão-repórter, sujeito capaz de *hackear* os grandes grupos de comunicação e furá-los

com notícias em blogs e em perfis de redes sociais. Nesse sentido, a disposição para reescrever as narrativas cristalizadas e tradicionais dos grandes grupos não é uma prerrogativa exclusiva da associação entre jornalistas e *hackers*. Essa disposição é uma potência que está presente na própria cultura digital – elemento da cultura contemporânea.

É por isso que muitos dos cidadãos-repórteres responsáveis por dar notoriedade ao jornalismo *hackeado* têm surgido dentro de grupos marginalizados. Sendo assim, as pautas são criadas dentro das periferias para as próprias periferias, como é o caso do coletivo Vaidapé, criado em São Paulo em 2013 para valorizar culturas marginais. Política, cultura e questões de gênero dentro de um Brasil que quase ninguém vê estão entre alguns dos temas abordados pelos comunicadores.

Para centralizar as discussões da periferia, há conteúdos transmitidos pelos meios radiofônico, impresso e digital, através de um site próprio e de presença em redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram e Youtube. De acordo com o próprio site, a informação não deve ser vista como uma mercadoria e, portanto, deve estar ao alcance de todos de forma igualitária e democrática.

Assim como o site paulista, outras tantas iniciativas têm despontado no mercado alternativo e se mostram tão informativas quanto os periódicos já conhecidos por boa parte dos brasileiros. Segundo levantamento feito pela Agência Pública – outra iniciativa independente de jornalismo – e divulgado através de um mapa interativo, os coletivos que *hackeiam* o jornalismo tradicional já são 74 no país, além de incontáveis sugestões deixadas pelos leitores que se enquadram nos critérios impostos pelo grupo, de listar apenas projetos coletivos nascidos na rede que produzem primordialmente conteúdo jornalístico e não são ligados a grandes grupos de mídia.

A intenção dos cidadãos-repórteres – que nem sempre possuem um diploma de jornalismo debaixo do braço – é reportar uma realidade não representada nas páginas de jornal e demonstrar que há espaço para todos na mídia. Inspirados por ações de comunidades como o Wikileaks, novos coletivos nascem com a intenção de nadar contra a correnteza do jornalismo comercial, fugindo do fluxo de notícias sem a transparência exigida pelo jornalismo ou dando voz a fatos que comumente não são noticiados pelos grandes jornais. Tem-se, então, a partir das premissas “*can do*” e “*do it yourself*” do *hacker*, uma maneira de encontrar uma brecha na realidade e de produzir um jornalismo que está, de fato, a serviço da coisa pública.

Considerações Finais

A relação entre a ética *hacker* (entendida, sobretudo, como uma disposição de narrativa) e o jornalismo parece-nos um campo interessante de estudo e principalmente de experiência prática. É possível encontrar semelhanças entre os dois campos no que diz respeito à suposta vontade dos sujeitos de cada grupo de trazer informações públicas à sociedade, de criar e de colaborar para a manutenção da comunidade.

Essa é uma primeira incursão teórica e de observação que nos parece permitir analisar de forma ainda mais ampla o comportamento não somente de jornalistas e *hackers* em sua articulação produtiva, mas também de cidadãos interessados em se envolver com narrativas alternativas às que se encontram no complexo midiático tradicional através do exercício do jornalismo independente. Mesmo sem consciência acadêmica, há cidadãos que têm hackeado a realidade e o modo tradicional de fazer jornalismo através da produção de conteúdo midiático voltado exclusivamente para um grupo social.

Esses elementos parecem compor uma interessante trilha de investigação que deverá ser aprofundada nos próximos anos e cujos referenciais de ação sinalizam para mais protagonismo e reforço dos instrumentos democráticos, que são especialmente necessários em democracias frágeis como a brasileira. O foco dessas investigações deverá ser formado pelo cenário brasileiro, especificamente, considerando também o universo latino-americano.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.** São Paulo: Zahar, 2003.

DELANDA, Manuel. **War in the Age of Intelligent Machines.** New York, NY.: Zone, 1991.

GORZ, André. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

HIMANEN, Pekka. **La ética del hacker y el espíritu de la era de la información.** Nova Iorque: Random House Trade Paperbacks, 2001.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

PINTO, Luiz Carlos. **AÇÕES COLETIVAS COM MÍDIAS LIVRES: uma interpretação gramsciana de seu programa político.** Tese, 2010.

PRUDENCIO, Kelly. **Jornativismo: CMI e o ativismo online**. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política. ISSN 1982-6672 2 (2008): 68-79.

TRIVINHO, Eugênio; REIS, Angela Pintor dos (Org.). **A cibercultura em transformação [recurso eletrônico]: poder, liberdade e sociabilidade em tempos de compartilhamento, nomadismo e mutação de direitos**. São Paulo: ABCiber; Instituto Itaú Cultural, 2010.

<<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/4412358/anonymous-comeca-ataque-qual-poder-grupo-para-derrubar-terroristas>> Acesso em: 19 de novembro de 2015 às 15:14:18.

<[https://en.wikipedia.org/wiki/Anonymous_\(group\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Anonymous_(group))> Acesso em: 19 de novembro de 2015 às 14:57:39.

<<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/anonymous-derruba-mais-de-5-mil-contas-do-estado-islamico-no-twitter/53058>> Acesso em: 19 de novembro de 2015 às 15:25:34.

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/hackers-declaram-guerra-ao-estado-islamico-vamos-encontra-los.html>> Acesso em: 19 de novembro de 2015 às 16:14:23.

<<http://vaidape.com.br/>> Acesso em: 05 de junho de 2016 às 20:25:34

<<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html>> Acesso em: 05 de junho de 2016 às 22:18:53.

< <https://www.gnu.org/gnu/gnu-history.html>> Acesso em: 12 de junho de 2016 às 18:36:33.

< <https://www.fsf.org/about/>> Acesso em: 12 de junho de 2016, às 17:23:27.